

Segundo produto da Consultoria GIZ/LifeWeb Braulio Dias 29 dez 2017

Produto 2. Relatório Técnico com os principais pontos debatidos com os especialistas e proposta inicial de Protocolo de Avaliação e Monitoramento da Efetividade e Equidade de Gestão das Áreas Protegidas

Produto de Consultoria 2 preparado para

Projeto LifeWeb (Módulo de Cooperação Técnica, GIZ)

Ministério do Meio Ambiente

Elaboração

Braulio Ferreira de Souza Dias

Brasília

Fevereiro de 2018

Conteúdo

1. Apresentação (objetivos e reuniões com equipe da DAP/MMA)

2. Primeiro Evento realizado em Niterói, RJ, em xx de outubro de 2017
 - 2.1. Lista de especialistas convidados e participantes e formato da reunião
 - 2.2. Apresentação em PowerPoint (ver Anexo 1)
 - 2.3. Questionários distribuídos (ver Anexo 2) e respostas recebidas

3. Segundo Evento Técnico realizado em Brasília, DF, em 10 de novembro de 2017
 - 3.1. Lista de especialistas convidados e participantes e formato da reunião
 - 3.2. Apresentação em PowerPoint (ver Anexo 3)
 - 3.3. Questionários distribuídos (ver Anexo 4) e respostas recebidas

4. Principais pontos debatidos – consensos e dissensos

5. Proposta de Protocolo consolidada a partir das discussões realizadas e sugestões recebidas

6. Proposta do formato de reunião técnica para validação do protocolo para avaliação e monitoramento da gestão efetiva e equitativa de Áreas Protegidas

Anexos

1. Apresentação em PowerPoint realizada no Primeiro Evento
2. Questionários distribuídos no Primeiro Evento
3. Apresentação em PowerPoint realizada no Segundo Evento
4. Questionários distribuídos no Segundo Evento
5. Resumo das Críticas e Sugestões recebidas ao Questionários distribuídos no Segundo Evento

1. Apresentação (objetivos e reuniões com equipe da DAP/MMA)

2. Primeiro Evento realizado em Niterói, RJ, em xx de outubro de 2017

2.1. Lista de especialistas convidados e participantes e formato da reunião

Profissionais que participaram do evento no SAPIS e seus vínculos institucionais:

André Lima, DAP SBio MMA andre.lima@mma.gov.br;

Marina F. Amaral, DAP SBio MMA marina.amaral@mma.gov.br;

Rosiane Pinto, DAP SBio MMA rosiane.pinto@mma.gov.br;

Ionaí Ossami de Moura, DECO SBio MMA ionai.moura@mma.gov.br;

Iara Vasco Ferreira, ICMBio iaravasco.icmbio@gmail.com;

Felipe Rezende, ICMBio (RJ) (SAMGe) felipe.rezende@icmbio.gov.br;

Paulo Russo, DISAT ICMBio paulo.russo@icmbio.gov.br;

Marcelo Cavallini, ICMBio Marcelo.cavallini@icmbio.gov.br;

Wolf Hartmann, GIZ GOPA hartmann.wolf@gmail.com;

Jens Brüggemann, GIZ LifeWeb jens.brueggermann@giz.de;

Fabiana Pirondi, GIZ LifeWeb Fabiana.pirondi@giz.de;

Maira Smith, FUNAI maira.smith@funai.gov.br; mairasmith17@yahoo.com.br;

Romancil G. Cretã, [instituição indígena], cretasinri@yahoo.com.br;

Andreia F. Fernandes, [instituição indígena], tokuafernandes@gmail.com;

Sergio Garrido, (Equador) sergiogarridogarcia@gmail.com;

Wilson Madeira Filho, Faculdade de Direito UFF wilsonmadeirafilho@hotmail.com;

Sônia Peixoto, UFF, soniapeixoto@terra.com.br;

Ingrid Pena, UNIRIO, ingrid.pena@gmail.com;

2.2. Apresentação em PowerPoint (ver Anexo 1)

2.3. Questionários distribuídos (ver Anexo 2) e respostas recebidas

Anotações da DAP das discussões ocorridas no evento no SAPIS:

Terras indígenas - Seria importante adaptar ferramenta de efetividade existente para terras indígenas, Felipe Rezende se dispôs a trabalhar com Funai para futuramente desenvolver SAMGe para TI. Maíra (Funai) ressaltou que a existência de PGTA não seria um bom indicador, por ser uma ferramenta que não é obrigatória (não é citado pela PNGATI) nem ter modelo padrão definido. Talvez pudesse ser considerado o uso de etnozoneamento e etnomapeamento que são ferramentas de gestão territorial participativas previstas na política.

Para uso imediato propôs-se a utilização de parâmetros de regularização fundiária e demarcação. Na Funai há setor específico que trabalha com estes dados.

UCs municipais – Foi colocada a dificuldade de se desenvolver indicadores para UCs desta esfera, principalmente quando se avalia a fragilidade do sistema municipal onde muitas UCs são sobrepostas e/ou criadas apenas no papel para promoção política.

RAPPAM e SAMGe - As duas ferramentas são complementares. Rappam tem a grande vantagem de ter série história e aplicação em nível global. Apesar de ter sido a ferramenta mais utilizada até o momento ainda tem muitas UFs que não aplicaram e tampouco chegou a ser utilizada no nível municipal. Para ampliar o uso do RAPPAM seria necessário grande investimento de capacitação junto aos estados e municípios e ainda assim as análises ficariam restritas a indicadores de processos. Outra fragilidade do RAPPAM é o fato de ser preenchido apenas pelo chefe da UC

Já o SAMGe é uma ferramenta nova mas supre esta lacuna ao trazer indicadores de resultados e sua incorporação ao CNUC está sendo promovida pelo MMA a fim de agrupar as demandas de preenchimento pelos gestores de UCs.

Para indicador de equidade poderiam ser levantados parâmetros relativos à participação de comunidades comuns nas duas ferramentas para resgatar a série histórica a partir do que foi preenchido anteriormente no RAPPAM, mesmo que se opte pela utilização do SAMGe.

Equidade – Apenas a existência de conselhos nas UCs ou a regularidade de suas reuniões não são suficientes para garantir a participação adequada das comunidades locais. Paulo Russo (ICMBio) informou que conselhos preveem a instalação de câmaras temáticas, que permitem a inclusão de outros atores que não estão no conselho, que seria uma forma de ampliar a participação da comunidade local na gestão das UCs. E sugeriu que fossem criadas câmaras temáticas para um monitoramento contínuo da gestão.

Repartição de benefícios- Funai tem algumas iniciativas (ou articulação iniciada) para beneficiar povos indígenas a partir de ICMC-ecológico, CONARED, fundos e PSA.

André Lima ressaltou que MMA está em fase de desenvolvimento de módulo do CNUC e que, portanto, o momento é oportuno para definir informações que sejam necessárias no sistema para a construção dos indicadores de efetividade e equidade.

MMA foi questionado sobre a implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas e sua utilização para reportar dados oficiais de áreas protegidas.

3. Segundo Evento Técnico realizado em Brasília, DF, em 10 de novembro de 2017

3.1. Lista de especialistas convidados e participantes e formato da reunião

Lista de convidados para reunião do dia 10/11/2017

SBio/MMA - carlos.scaramuzza@mma.gov.br - então Diretor do DECO/SBio; ionai.moura@mma.gov.br - DECO/SBio; Ana Paula Prates – Gabinete SBio (atual diretora do DECO); Moara.giasson@mma.gov.br – Diretora do DAP; Andre.lima@mma.gov.br – Gerente do DAP; Veronica.barros@mma.gov.br – DAP; Marina.amaral@mma.gov.br – DAP;

SEDR/MMA - leonardo.pacheco@mma.gov.br DEX; mauro.pires@mma.gov.br – DEX;

ICMBio - iaravasco.icmbio@gmail.com; felipe.rezende@icmbio.gov.br; mariusz@icmbio.gov.br; paulo.russo@icmbio.gov.br;
marcelo.cavallini@icmbio.gov.br; ricardo.brochado@icmbio.gov.br; katia.ribeiro@icmbio.gov.br; claudio.maretti@icmbio.gov.br;
tathiana.souza@icmbio.gov.br

GIZ - hartmann.wolf@gmail.com; jens.brueggemann@giz.de; fabiana.pirondi@giz.de;

FUNAI - maira.smith@funai.gov.br

UnB - henyo@unb.br; danielaoliveira@unb.br;

WWF - karenpacheco@wwf.org.br; felipespina@wwf.org.br; felipe.avino@wwf.org.br; marianaferreira@wwf.org.br;

ABEMA - Presidente: Luiz Tarcisio Mossato Pinto, abema@abema.org.br;

Fundação Cultural Palmares - Presidente: Erivaldo Oliveira da Silva; Chefe de Gabinete: Beatriz Dina Wanderley; agenda.presidente@palmares.gov.br

Confederação Nacional de RPPN - Presidente: Maria Cristina Weyland Vieira, mchwviera@gmail.com;

ANAMMA - Presidente: Rogério Menezes, contato@anamma.org.br;

SFB - gabinete@florestal.gov.br;

CONAQ – conaqadm@gmail.com;

CNS - mcm.memorial@gmail.com;

IPÊ - angelapellin@gmail.com;

FBDS - Fábio Scarano fscarano@fbds.org.br

ISA – alguém envolvido com o trabalho com indicadores socioambientais para UC da Amazônia

Lista dos participantes do Segundo Evento em 10 de Novembro de 2017 que responderam aos questionários

Maira Smith/CGGAM/DPDS/FUNAI;

Claudio Maretti/DISAT/ICMBio;

Marcelo Cavallini/ICMBio;

Mariuz Szmuchrowski & Sivia Beraldo/ICMBio;

Darlan Mesquita/DEX/SEDR/MMA;

Betania, Fabio, Renato & Marina Amaral/DAP/MMA;

Jens Brueggemann & Fabiana Pirondi/GIZ (Projetos SNUC/LifeWeb e Áreas Protegidas Locais)

3.2. Apresentação em PowerPoint (ver Anexo 3)

3.3. Questionários distribuídos (ver Anexo 4) e respostas recebidas

4. Principais pontos debatidos – consensos e dissensos

Resumo das respostas às opções para Indicadores de Efetividade de Gestão:

Método SAMGe com consulta ao Conselho Gestor (usar subconjunto de perguntas semelhantes às usadas pelo RAPPAM para efeito de comparação com série histórica com RAPPAM desde 2004 e comparação com outros países) – alta viabilidade a curto prazo para UCs federais com consulta ao CG e para

UCs estaduais sem consulta ao CG, viabilidade a médio prazo para UCs estaduais com consulta ao CG, viabilidade a médio prazo para UCs municipais sem consulta ao CG (engajamento dos estados e municípios dependerá de liderança do MMA e incentivos).

Método SAMGe adaptado, com consulta comunitária, para Tis e TQs – viabilidade a médio prazo (consultar o Comitê Gestor do PNGATI; criar GT FUNAI/ICMBio para desenvolver método; FUNAI poderia aplicar nas TI por meio de suas unidades regionais - CRs, CTLs; consultar a Fundação Palmares).

Método de Cifuentes et al. (2000)* ou Método SAMGe adaptado para RPPNs – viabilidade a médio prazo (Desenvolver sistemas online; acionar o Conselho Nacional de RPPN).

Porcentagem de cada UC com pendência fundiária e/ou com dupla afetação conflitante – viabilidade alta a curto prazo para UCs federais (permitir separação dos dois subtemas (pendência fundiária e dupla afetação conflitante); definir parâmetros para cada subtema; Usar os sistemas do ICMBio (STT, SIG-TERRA, etc.); poderia ser um indicador de Equidade ao invés de indicador de Efetividade; viabilidade a médio prazo para UCs estaduais e municipais (com incentivo).

Porcentagem de cada TI e TQ com pendência fundiária e/ou com dupla afetação conflitante – Viabilidade a curto prazo para TI x UCs federais e a médio prazo para Tis e TQs x UCs estaduais e municipais (Proposta alternativa: monitorar estágio de regularização fundiária de cada TI e % de cada TI com sobreposição conflitante; verificar no SIG-TERRA do ICMBio se estes dados constam).

Porcentagem de cada UC com presença de cobertura vegetal nativa (por sensoriamento remoto) – Viabilidade alta a curto prazo para UCs federais, estaduais e municipais, bem como Tis e TQs e RPPNs e a médio prazo para APPs e RLs (agregar, obrigatoriamente, comparação com desmatamento na zona de amortecimento de cada UC; como fazer para ecossistemas aquáticos (água doce e marinha)?; adotar nível de conversão/ desmatamento da bacia hidrográfica e ou índice de fragmentação dos rios; aplicar indicador de forma agregada; cruzamento das informações disponíveis já que alguns dados não são gerados com frequência; usar dados do CAR em terras privadas, especialmente na recomposição; problema – dados incompletos sobre os limites das RPPNs e UCs municipais).

Índice de Abundância de Componentes Selecionados da Biodiversidade – Viabilidade alta a médio prazo para UCs federais e a longo prazo para UCs estaduais e municipais, e para Tis e TQs, com incentivos, e viabilidade baixa a longo prazo para RPPNs, SPPs e RLs, com incentivos (monitoramento participativo é medida de esforço de engajamento da sociedade e pode ser também de distribuição de informação, estímulo à capacidade de análise, etc. (vale também para UCs estaduais e municipais e Tis e TQs); verificar se a ferramenta MAD (Módulo de Apoio a Decisão), em desenvolvimento pelo DECO/SBio/MMA, consegue extrair este indicador; fazer um levantamento de estudos acadêmicos e criar incentivos econômicos (editais) para instituições acadêmicas; precisaria de boa amarração no âmbito da implementação do PNGATI).

Resumo das respostas às opções para Indicadores de Equidade de Gestão:

Método Rappam e SAMGe filtrados para equidade – viabilidade a curto prazo para UCs federais (mas apenas a médio prazo para resgatar a série histórica; esclarecer quais informações do RAPPAM e do SAMGe subsidiariam indicadores de Equidade; incorporar o SAMGe no CNUC – os dados para o indicador devem ser de preenchimento obrigatório, p. ex.: periodicidade de reuniões do conselho), a médio prazo para UCs estaduais (se houver normativa do MMA) e a médio-longo prazo para UCs municipais (com incentivo e articulação com ANAMMA).

% APs que permitem uso dos recursos naturais por comunidades locais – esta proposta gerou muita discussão e rejeição por parte de alguns: “Inadequado! Este critério só pode ser usado em relação a cada categoria, e não entre categorias. Não faz sentido uma REBIO tirar nota baixa se não houver populações locais. Existência de populações locais em conflito e acordos de convivência podem substituir este indicador. Agregar outros elementos de qualidade (permissão de uso não garante pleno acesso ou se há apoio ou incentivo ao uso, de forma sustentável com maior geração de renda”.

Escala de suporte a direitos das comunidades locais conferido pelo tipo e categoria de Área Protegida – esta proposta gerou muita discussão e rejeição por parte de alguns: “Não se aplica! Todas as Tis e TQs permitem, e não há diferenças importantes entre as “categorias”. Várias sugestões construtivas serão utilizadas em outro indicador proposto!

% APs com gestão ou co-gestão de atores não-governamentais – viabilidade a curto prazo para UCs (inclusive RPPNs), Tis e TQs (desenvolver escalas qualitativas para cada categoria; considerar as diferenças entre UCs federais, estaduais e municipais, pois já é uma medida de desconcentração e de engajamento da sociedade; avaliar representação da sociedade civil na composição do Conselho Gestor; usar os indicadores de Planejamento e Processos do SAMGe).

APs com Conselho Gestor efetivo com participação significativa de comunidades locais – viável a curto prazo para UCs e para Tis e TQs considerando outros tipos de colegiados (Começar por alguns elementos e avançar, p. ex.: existe conselho, se reúne, é efetivo, etc.; usar como critério de efetividade a quantidade de reuniões por ano; incorporar no CNUC exigência de informação sobre a proporção de representantes não-governamentais no Conselho e a periodicidade de reuniões do Conselho; usar como fonte as atas dos CGs para saber os presentes; incorporar no CNUC exigência de informação sobre a proporção de representantes não-governamentais no Conselho Gestor; qualificar o que significa CG efetivo).

% das decisões sobre gestão da AP no período que foram decididas pelo ou em consulta com o Conselho Gestor – viabilidade a médio prazo para UCs (Como medir este indicador? teria que haver uma tipologia de decisões e escalas qualitativas correspondentes; exigiria classificação dos temas/assuntos abordados pelo Conselho; difícil implementação com os sistemas atuais pois exigiria a integração dos sistemas para avaliar todos os tipos de decisão; muito complexo para levantar os dados – opção seria trabalhar com estudos acadêmicos).

% APs com repartição de suas rendas e arrecadações com populações locais – viabilidade a médio ou longo prazo (Ainda muito impreciso! Se houver informações estatísticas disponíveis pode ser viável. Considerar também: geração de renda pela própria comunidade; geração de emprego e renda pela

existência da UC; melhoria de serviços públicos; e comparar com populações similares fora de UCs. Complementar com renda indireta, trabalho involuntário, TBC, etc. Como interpretar o resultado quando envolver outros tipos de comunidades locais além das comunidades tradicionais? O investimento de arrecadação com visitação em aperfeiçoamento da área de visitação seria repartição? muitas questões a serem resolvidas antes de aplicar este indicador).

% das rendas e arrecadações da AP que é repartida com as comunidades locais – viabilidade a médio ou longo prazo (comentários como os acima).

% APs com PSA para suas populações locais – viabilidade a longo prazo (Definir melhor os tipos de PSA; Importante qualificar a cobertura geográfica ou populacional dos PGAs; Definir populações locais).

% da população das comunidades locais da AP que recebe PSA – viabilidade a longo prazo (Talvez se possa utilizar os dados levantados pelo Serviço de Saúde Indígena – SESAI; Nem todos têm direito a PSA; nem todos produzem serviços ambientais; definir os serviços ambientais a serem considerados; Fazer uso de estudos acadêmicos).

5. Proposta de Protocolo consolidada a partir das discussões realizadas e sugestões recebidas

Resumo das propostas de final indicadores de efetividade de gestão de áreas protegidas a partir das discussões realizadas e sugestões recebidas:

Método SAMGe com consulta ao Conselho Gestor (usar subconjunto de perguntas semelhantes às usadas pelo RAPPAM para efeito de comparação com série histórica com RAPPAM desde 2004 e comparação com outros países) – alta viabilidade a curto prazo para UCs federais com consulta ao CG e para UCs estaduais sem consulta ao CG, viabilidade a médio prazo para UCs estaduais com consulta ao CG, viabilidade a médio prazo para UCs municipais sem consulta ao CG (engajamento dos estados e municípios dependerá de liderança do MMA e incentivos). Método SAMGe adaptado, com consulta comunitária, para TIs e TQs – viabilidade a médio prazo (consultar o Comitê Gestor do PNGATI; criar GT FUNAI/ICMBio para desenvolver método; FUNAI poderia aplicar nas TI por meio de suas unidades regionais - CRs, CTLs; consultar a Fundação Palmares. Método SAMGe adaptado para RPPNs (ou Método de Cifuentes et al. 2000) – viabilidade a médio prazo (Desenvolver sistemas online; acionar o Conselho Nacional de RPPN).

Porcentagem de cada AP com pendência fundiária e/ou com dupla afetação conflitante – viabilidade alta a curto prazo para UCs federais (permitir separação dos dois subtemas (pendência fundiária e dupla afetação conflitante); definir parâmetros para cada subtema; usar os sistemas do ICMBio (STT, SIG-TERRA, etc.); viabilidade a médio prazo para UCs estaduais e municipais (com incentivo); Porcentagem de cada TI e TQ com pendência fundiária e/ou

com dupla afetação conflitante – Viabilidade a curto prazo para TI x UCs federais e a médio prazo para TIs e TQs x UCs estaduais e municipais (proposta alternativa: monitorar estágio de regularização fundiária de cada TI e % de cada TI com sobreposição conflitante; verificar no SIG-TERRA do ICMBio se estes dados constam).

Porcentagem de cada UC com presença de cobertura vegetal nativa (por sensoriamento remoto) – Viabilidade alta a curto prazo para UCs federais, estaduais e municipais, bem como TIs e TQs e RPPNs e a médio prazo para APPs e RLs (agregar, obrigatoriamente, comparação com desmatamento na zona de amortecimento de cada UC; ecossistemas aquáticos (água doce e marinha) necessitarão de tratamento diferenciado; adotar nível de conversão/desmatamento da bacia hidrográfica e ou índice de fragmentação dos rios; cruzamento das informações disponíveis; usar dados do CAR em terras privadas, especialmente na recomposição; problema – dados incompletos sobre os limites das RPPNs e UCs municipais).

Índice de Abundância de Componentes Selecionados da Biodiversidade – Viabilidade alta a médio prazo para UCs federais e a longo prazo para UCs estaduais e municipais, e para TIs e TQs, com incentivos, e viabilidade baixa a longo prazo para RPPNs, SPPs e RLs, com incentivos (monitoramento participativo é medida de esforço de engajamento da sociedade e pode ser também de distribuição de informação, estímulo à capacidade de análise, etc. (vale também para UCs estaduais e municipais e TIs e TQs); verificar se a ferramenta MAD (Módulo de Apoio a Decisão), em desenvolvimento pelo DECO/SBio/MMA, consegue extrair este indicador; fazer um levantamento de estudos acadêmicos e criar incentivos econômicos (editais) para instituições acadêmicas; precisaria de boa amarração no âmbito da implementação do PNGATI).

Resumo das propostas de novos indicadores de equidade de gestão de áreas protegidas a partir das discussões realizadas e sugestões recebidas:

Método SAMGe filtrado para equidade (e método RAPPAM filtrado para equidade para série histórica) – mantenho a proposta deste indicador geral qualitativo que foi bem recebido pelos técnicos que participaram das duas oficinas. Este indicador tem viabilidade a curto prazo para UCs federais, a médio prazo para UCs estaduais e a longo prazo para UCs municipais. Os comentários recebidos em relação a este indicador proposto são relevantes para o desenvolvimento deste indicador.

Retiro as propostas dos indicadores “% APs que permitem uso dos recursos naturais por comunidades locais” e “Escala de suporte a direitos das comunidades locais conferido pelo tipo e categoria de Área Protegida” e não proponho nenhum novo indicador para substituí-la. O grau de reconhecimento

dos direitos de “povos indígenas e comunidades locais” (expressões utilizadas na CDB e substituídas no Brasil pela expressão “comunidades indígenas e tradicionais”, é dado de categoria de área protegida que é estabelecida por ato do governo federal, estadual ou municipal.

Grau de participação de atores não-governamentais na tomada de decisão sobre a gestão da área protegida – Novo indicador proposto para mensurar o segundo componente de equidade. Este indicador substitui as seguintes propostas iniciais: % APs com gestão ou co-gestão de atores não-governamentais, APs com Conselho Gestor efetivo com participação significativa de comunidades locais, % das decisões sobre gestão da AP no período que foram decididas pelo ou em consulta com o Conselho Gestor. Os comentários recebidos em relação a estes indicadores inicialmente propostos são relevantes para o desenvolvimento deste novo indicador proposto.

O foco deste novo indicador passa a ser cada área protegida individualmente e não mais o conjunto das áreas protegidas. Este indicador incluiria modalidades de co-gestão, existência e efetividade de colegiados de gestão (como o os Conselhos Gestores das UCs) e grau de participação dos membros destes colegiados de gestão na tomada de decisão sobre a gestão da áreas protegida. Este indicador teria viabilidade a curto ou médio prazo.

Repartição de Benefícios com as populações que vivem dentro (ou no entorno) da Área Protegida – Novo indicador proposto para mensurar o terceiro componente de equidade. Este indicador substitui as seguintes propostas iniciais: % APs com repartição de suas rendas e arrecadações com populações locais, % das rendas e arrecadações da AP que é repartida com as comunidades locais, % APs com PSA para suas populações locais, % da população das comunidades locais da AP que recebe PSA. Os comentários recebidos em relação a estes indicadores inicialmente propostos são relevantes para o desenvolvimento deste novo indicador proposto.

O foco deste novo indicador passa a ser cada área protegida individualmente e não mais o conjunto das áreas protegidas. Este indicador incluiria todos os tipos de benefícios dos quais as populações que vivem dentro e/ou no entorno de cada área protegida, incluindo participação nas rendas e arrecadações da área protegida (taxa de visitação, taxa de fornecimento de água para o entorno, etc.), pagamento por serviços ambiental (PSA), rendas diretas ou indiretas auferidas por serviços prestados à administração da área protegida ou pela venda de produtos resultantes da exploração dos recursos naturais obtidos no interior da área protegida. Este indicador teria viabilidade a médio ou longo prazo.

Anexos

1. Apresentação em PowerPoint realizada no Primeiro Evento

(Ver documento PDF anexo)

2. Questionário distribuído no Primeiro Evento

Questionário sobre Avaliação de Efetividade e Equidade de Gestão de Áreas Protegidas

O objetivo deste questionário é colher sugestões iniciais dos participantes do evento paralelo organizado pelo MMA no dia 19 de outubro de 2017 no âmbito da 8ª SAPIS, em Niterói, RJ.

Como parte dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro perante a Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica (CDB), em particular o Programa de Trabalho da CDB sobre Áreas Protegidas adotado em 2004 pela decisão VII/28 na COP 7 da CDB, em Kuala Lumpur, Malásia, e o Plano Estratégico de Biodiversidade para 2011-2020 adotado em 2010 pela decisão X/2 na COP 10 da CDB em Nagóia, Japão.

O Programa de Trabalho Global sobre Áreas Protegidas inclui quatro componentes:

ELEMENTO DE PROGRAMA 1: AÇÕES DIRETAS DE PLANEJAMENTO, SELEÇÃO, CRIAÇÃO, FORTALECIMENTO E GESTÃO DE SÍTIOS E SISTEMAS DE ÁREAS PROTEGIDAS

Objetivo 1.1 – Estabelecer e fortalecer sistemas nacionais e regionais de áreas protegidas integrados em uma rede global como uma contribuição para objetivos globais acordados.

Objetivo 1.2 – Integrar as áreas protegidas nas amplas paisagens terrestres e marinhas e nos setores para manter a estrutura e o funcionamento ecológico.

Objetivo 1.3 – Estabelecer e fortalecer redes regionais, áreas protegidas transfronteiriças e colaboração entre áreas protegidas vizinhas em fronteiras nacionais.

Objetivo 1.4 – Melhorar substancialmente o planejamento e a gestão de áreas protegidas.

Objetivo 1.5 – Prevenir e mitigar os impactos negativos das principais ameaças às áreas protegidas.

ELEMENTO DE PROGRAMA 2: GOVERNANÇA, PARTICIPAÇÃO, EQUIDADE E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

Objetivo 2.1. **Promover equidade e repartição de benefícios**, e sua meta dos países membros da CDB estabelecerem até 2008 mecanismos para a repartição dos custos e benefícios resultantes do estabelecimento e gestão de áreas protegidas.

Objetivo 2.2. **Incrementar e assegurar o envolvimento das comunidades indígenas e locais e grupos de interesse relevantes**, e sua meta dos países membros da CDB promoverem até 2008 a participação plena e efetiva das comunidades indígenas e locais, com pleno respeito de seus direitos e reconhecimento de suas responsabilidades, de forma consistente com a legislação nacional e obrigações internacionais aplicáveis, e a participação de grupos de interesse relevantes, na gestão de áreas protegidas existentes e na criação e gestão de novas áreas protegidas.

ELEMENTO DE PROGRAMA 3: ATIVIDADES DE SUPORTE

Objetivo 3.1 – Prover políticas públicas e ambiente institucional e socio-econômico que favoreçam áreas protegidas.

Objetivo 3.2 – Construir capacidade para o planejamento, estabelecimento e gestão das áreas protegidas.

Objetivo 3.3 Desenvolver, aplicar e transferir tecnologias apropriadas para áreas protegidas.

Objetivo 3.4 – Assegurar a sustentabilidade financeira das áreas protegidas e dos sistemas nacionais e regionais de áreas protegidas.

Objetivo 3.5 – Fortalecer a comunicação, educação e conscientização pública.

ELEMENTO DE PROGRAMA 4: PADRÕES, AVALIAÇÕES E MONITORAMENTO

Objetivo 4.1 – Desenvolver e adotar padrões mínimos e boas práticas para os sistemas nacionais e regionais de áreas protegidas.

Objetivo 4.2 – **Avaliar e aperfeiçoar a efetividade da gestão das áreas protegidas.**

Objetivo 4.3 – Avaliar e monitorar o estado e tendências das áreas protegidas.

Objetivo 4.4 – Assegurar que o conhecimento científico contribui para o estabelecimento e efetividade das áreas protegidas e sistemas de áreas protegidas.

O Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 aprovou as 20 Metas Globais de Biodiversidade, chamadas Metas de Aichi, que inclui a Meta 11:

Meta 11 de Aichi: “Até 2020, ao menos 17% das áreas terrestres e de águas continentais e 10% das áreas costeiras e marinhas, especialmente áreas de importância particular para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, sejam conservadas por meio de sistemas de áreas protegidas e outras medidas efetivas de conservação baseadas em área, **com gestão efetiva e equitativa**, com representatividade ecológica, bem conectadas e integradas nas amplas paisagens terrestres e marinhas.”

O Brasil formalizou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) por meio da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que reconhece 12 categorias de Unidades de Conservação (UCs), agrupadas em UCs de Proteção Integral (com cinco categorias) e UCs de Uso Sustentável (com sete categorias), instituiu a obrigação de criação e implementação de conselhos gestores em cada UC e da elaboração e implementação de planos de manejo.

Ademais, o Brasil, por meio do Decreto Nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, e da Resolução 6 da CONABIO em 2013, que aprovou as metas nacionais de biodiversidade para 2020, reconheceu que contribuem para a conservação da biodiversidade outros tipos de áreas protegidas, incluindo as Terras Indígenas, os Territórios Quilombolas, as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais (RLs), estas estabelecidas pelo antigo Código Florestal, atual Lei de Proteção da Vegetação Nativa, Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Cabe lembrar também o efeito do Decreto No. 7.747, de 5 de junho de 2012, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

A Resolução 6 da CONABIO adotou em 2013 o conjunto de 20 Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020, como parte da Estratégia e Plano de Ação Nacional para Biodiversidade, que veio a ser atualizada em 2016 para o período 2016 a 2020. Dentre estas metas nacionais inclui-se a Meta 11:

“Meta Nacional 11: Até 2020, serão conservadas, por meio de unidades de conservação previstas na Lei do SNUC e outras categorias de áreas oficialmente protegidas, como APPs, reservas legais e terras indígenas com vegetação nativa, pelo menos 30% da Amazônia, 17% de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, principalmente áreas de especial importância para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, **assegurada e respeitada a demarcação, regularização e a gestão efetiva e equitativa**, visando garantir a interligação, integração e representação ecológica em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.”

O Painel Brasileiro da Biodiversidade (PainelBio) foi instituído e [e secretariado pela IUCN-Brasil e composto por representantes das seguintes organizações: CEPAN, IPÊ, JBRJ, SCMamirauá, WWF-Brasil, FUNDHAM, Fundação Neotrópica, FVA, CEBDES, ISA, CNI, Aprender, Fiocruz, IUCN, Fundação Boticário, Fórum do Mar, ICMBio e SBio/MMA. **Em 2014 o PainelBio** foi acionado pelo MMA para discutir e recomendar um conjunto de indicadores para serem utilizados no monitoramento da implementação das 20 Metas Nacionais de Biodiversidade.

Em meados de 2016 o Brasil submeteu para a CDB sua Estratégia e Plano de Ação Nacional de Biodiversidade para 2020, da qual fazem parte as 20 Metas Nacionais de Biodiversidade adotadas pela Resolução 6 da CONABIO em 2013.

Visando concluir a definição destes indicadores, o MMA por meio de projeto em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GIZ), contratou a consultoria do professor Braulio Ferreira de Souza Dias da Universidade de Brasília, ex-diretor de conservação da biodiversidade no MMA desde 1999, ex-Secretário Nacional de Biodiversidade e Florestas no MMA em 2010-2011 e ex-Secretário Executivo da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica entre fevereiro

de 2012 e fevereiro de 2017, para avaliar e recomendar indicadores de avaliação de efetividade e equidade de gestão das áreas protegidas brasileiras para monitorar a implementação e cumprimento parcial da Meta 11 Nacional de Biodiversidade e contribuição para o alcance da Meta Global de Biodiversidade 11 (Meta 11 de Aichi).

Segundo a IUCN, as avaliações de efetividade de gestão de áreas protegidas devem considerar três principais aspectos relacionadas à gestão das áreas protegidas: **a) questões de desenho e planejamento; b) disponibilidade e pertinência de recursos de gestão/manejo, sistemas e processos; e c) entrega dos objetivos das áreas protegidas (resultados).**

Segundo o Secretariado da CDB, equidade tem sido avaliada sob três aspectos ou dimensões interligadas: **1) reconhecimento de direitos, valores, interesses e prioridades dos indivíduos e comunidades (critério de reconhecimento); 2) grau de inclusividade das regras e tomada de decisão (critério de procedimentos de decisão); e 3) distribuição dos custos e benefícios resultantes do estabelecimento e da gestão da área protegida entre os diferentes grupos de interesse afetados ou atores relevantes (critério de repartição de benefícios).**

Como parte deste esforço, o MMA organizou um **Evento Paralelo sobre Indicadores de Avaliação de Efetividade e Equidade de Gestão de Áreas Protegidas** no dia 19 de outubro de 2017 no âmbito da 8ª SAPIS, em Niterói, RJ. Após a apresentação das avaliações e recomendações do consultor e dos comentários dos debatedores convidados, gostaríamos de solicitar sua colaboração para o preenchimento do questionário que se segue. Não é necessário preencher todos os campos, mas apenas aqueles onde o colaborador quiser contribuir. Não é solicitado um detalhamento das sugestões, apenas a identificação de tipo de indicador ou elementos ou critérios que devem receber atenção (favor indicar para qual tipo de áreas protegida suas recomendações se aplicam – 1) unidade de conservação de proteção integral, 2) unidade de conservação de uso sustentável, 3) reserva particular do patrimônio natural, 4) terra indígena, 5) território quilombola, 6) área de preservação permanente (do Código Florestal), 7) reserva legal (do Código Florestal).

Informação sobre o colaborador:

Nome completo:.....

Filiação institucional:

E-mail para contato:

Quais elementos ou critérios você sugere que devem fazer parte dos indicadores para avaliação de **efetividade** de gestão de áreas protegidas no Brasil:

1) questões de desenho e planejamento:

.....
.....

2) disponibilidade e pertinência de recursos de gestão/manejo, sistemas e processos:

.....
.....

3) entrega dos objetivos das áreas protegidas (resultados):

.....
.....

Quais elementos ou critérios você sugere que devem fazer parte dos indicadores para avaliação de **equidade** de gestão de áreas protegidas no Brasil:

1) reconhecimento de direitos, valores, interesses e prioridades dos indivíduos e comunidades (critério de reconhecimento):

.....
.....

2) grau de inclusividade das regras e tomada de decisão (critério de participação na tomada de decisão):

.....
.....

3) distribuição dos custos e benefícios resultantes do estabelecimento e da gestão da área protegida entre os diferentes grupos de interesse afetados ou atores relevantes (critério de repartição de benefícios):

.....
.....

Quais possíveis indicadores você sugere que têm viabilidade de aplicação a curto prazo para avaliação de **efetividade** de gestão de áreas protegidas no Brasil:

1) questões de desenho e planejamento:

.....
.....

2) disponibilidade e pertinência de recursos de gestão/manejo, sistemas e processos:

.....
.....

3) entrega dos objetivos das áreas protegidas (resultados):

.....
.....

Quais possíveis indicadores você sugere que têm viabilidade de aplicação a curto prazo para avaliação de **equidade** de gestão de áreas protegidas no Brasil:

1) reconhecimento de direitos, valores, interesses e prioridades dos indivíduos e comunidades (critério de reconhecimento):

.....
.....

2) grau de inclusividade das regras e tomada de decisão (critério de participação na tomada de decisão):

.....
.....

3) distribuição dos custos e benefícios resultantes do estabelecimento e da gestão da área protegida entre os diferentes grupos de interesse afetados ou atores relevantes (critério de repartição de benefícios):

.....
.....

3. Apresentação em PowerPoint realizada no Segundo Evento

(Ver documento PDF anexo)

4. Questionários distribuídos no Segundo Evento

Tabelas resumo de propostas para Indicadores de Efetividade e Equidade de Gestão

Tabela resumo de propostas para Indicadores de **Efetividade** de Gestão

Nome do Comentador.....Instituição.....

Possíveis Indicadores de **Efetividade** de Gestão de Área Protegida

Critério	Indicador proposto	Tipo de Área Protegida	Fonte de Informação	Viabilidade (curto, médio e longo prazo)	Comentários sobre como calcular ou obter o indicador
Geral (processo)	Método Rappam incorporado no SAMGe e com consulta ao Conselho Gestor	UCs federais	SAMGe (subconjunto de questões para dar continuidade à série histórica do Rappam)		
Geral (processo)	Método Rappam incorporado no SAMGe e com consulta ao Conselho Gestor	UCs estaduais	ABEMA? Apoio WWF Brasil? (apoio MMA e ICMBio) (capacitação e consulta virtual)		
Geral (processo)	Método Rappam simplificado e consulta ao Conselho Gestor	UCs municipais	ANAMMA? Apoio WWF Brasil? (capacitação e consulta virtual)		
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe e com consulta ao Conselho Gestor	UCs federais	SAMGe (ICMBio)		
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe e com consulta ao Conselho Gestor	UCs estaduais?	ABEMA? Apoio MMA e ICMBio?		
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe e com consulta ao Conselho Gestor	UCs municipais?	ANAMMA? Apoio MMA e ICMBio?		

Geral (processo e resultado)	Método Rappam ou SAMGe adaptado, com consulta comunitária	Terras Indígenas	FUNAI? Apoio ICMBio?		
Geral (processo e resultado)	Método Rappam ou SAMGe adaptado, com consulta comunitária	Territórios Quilombolas	Fundação Palmares? Apoio MMA e ICMBio?		
Geral (processo e resultado)	Método de Cifuentes et al. (2000)** ou Método SAMGe adaptado	RPPNs	ICMBio e ABEMA?		
Regularização fundiária e dupla afetação	Porcentagem de cada UC com pendência fundiária e dupla afetação conflitante	UCs federais	ICMBio, FUNAI e Fundação Palmares?		
Regularização fundiária e dupla afetação	Porcentagem de cada UC com pendência fundiária e dupla afetação conflitante	UCs estaduais	ABEMA? Apoio MMA/SBio? FUNAI e Fundação Palmares?		
Regularização fundiária e dupla afetação	Porcentagem de cada UC com pendência fundiária e dupla afetação conflitante	UCs municipais	ANAMMA? Apoio MMA/SBio?		
Regularização fundiária e dupla afetação	Porcentagem de cada TI com pendência fundiária e dupla afetação conflitante	Terras Indígenas	FUNAI? Apoio ICMBio? Apoio ABEMA?		
Regularização fundiária e dupla afetação	Porcentagem de cada TQ com pendência fundiária e dupla afetação conflitante	Territórios Quilombola	Fundação Palmares? Apoio MMA/SEDR? Apoio ABEMA?		
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de cada UC com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)*	UCs federais	INPE e parceiros (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, MMA) e CNUC		
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de cada UC com presença de cobertura	UC estaduais	INPE e parceiros (Programa de Monitoramento		

	vegetal nativa (sem desmatamento)*		Ambiental dos Biomas Brasileiros, MMA) e CNUC		
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de cada UC com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)*	UCs municipais	INPE e parceiros (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, MMA) e CNUC		
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de cada TI com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)*	Terras Indígenas	INPE e parceiros (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, MMA) e FUNAI		
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de cada TQ com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)*	Territórios Quilombolas	INPE e parceiros (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, MMA) e FP		
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de cada RPPN com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)*	RPPN	INPE e parceiros (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, MMA)? e CNUC e ABEMA?		
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de APPs por município com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)*	Áreas de Preservação Permanente	FBDS (Biomas Mata Atlântica e Cerrado) FBDS (demais biomas)? Apoio SFB?		
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de RLs por município com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)*	Reservas Legais	FBDS (Biomas Mata Atlântica e Cerrado) FBDS (demais biomas)? Apoio SFB?		
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	UCs federais	ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)		

Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	UCs estaduais	ABEMA e ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)		
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	UCs municipais	ANAMMA e ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)?		
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	Terras Indígenas	FUNAI e ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)?		
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	Territórios Quilombolas	Fundação Palmares e ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)?		
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	RPPNs	Confederação RPPNs e ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)?		
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice médio por município de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	APPs	ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)?		
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice médio por município de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	Reservas Legais	ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)?		

*Decidir como tratar áreas queimadas e em processo de regeneração (natural ou antrópico)

**Cifuentes, M.; Izurieta, A.; Faria, H.H., 2000. *Medición de la Efectividad del Manejo de Áreas Protegidas*. WWF; IUCN; GTZ. Turrialba, Costa Rica, 105p.

Possíveis Indicadores de **Equidade** de Gestão de Área Protegida

Critério	Indicador	Tipo de Área Protegida	Fonte de Informação	Viabilidade (curto, médio ou longo prazo)	Comentários sobre como calcular ou obter o indicador
Geral (processo)	Método Rappam filtrado para equidade	UCs federais	WWF Brasil (relatórios para resgatar série histórica)		
Geral (processo)	Método Rappam filtrado para equidade	UCs estaduais	WWF Brasil (relatórios para resgatar série histórica, só para metade dos estados)		
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe filtrado para equidade	UCs federais	ICMBio		
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe filtrado para equidade	UCs estaduais	ABEMA, apoio ICMBio		
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe simplificado e filtrado para equidade	UCs municipais	ANAMMA, apoio ICMBio?		
Reconhecimento de direitos das comunidades locais (povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e outros grupos de interesse)	% APs que permitem uso dos recursos naturais por comunidades locais				Indicador do sistema de áreas protegidas Não aplicável a RPPNs, APPs e RLs
Reconhecimento de direitos das comunidades locais (povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e outros grupos de interesse)	Escala de suporte a direitos das comunidades locais conferido pelo tipo e categoria de Área Protegida*				Não aplicável a RPPNs, APPs e RLs

Sistemas de governança com gestão ou co-gestão não-governamental	% APs com gestão ou co-gestão de atores não-governamentais				Indicador do sistema de áreas protegidas Não aplicável a RPPNs, APPs e RLs
Participação das comunidades locais na tomada de decisões sobre gestão	% APs com Conselho Gestor efetivo com participação significativa de comunidades locais				Indicador do sistema de áreas protegidas Não aplicável a RPPNs, APPs e RLs
Participação das comunidades locais na tomada de decisões sobre gestão	% das decisões sobre gestão da AP no período que foram decididas pelo ou em consulta com o Conselho Gestor				Não aplicável a RPPNs, APPs e RLs
Repartição de benefícios (rendas e arrecadações) com comunidades locais	% APs com repartição de suas rendas e arrecadações com populações locais				Indicador do sistema de áreas protegidas Não aplicável a RPPNs, APPs e RLs
Repartição de benefícios (rendas e arrecadações) com comunidades locais	% das rendas e arrecadações da AP que é repartida com as comunidades locais				Não aplicável a RPPNs, APPs e RLs
Repartição de benefícios (Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA) com comunidades locais	% APs com PSA para suas populações locais				Indicador do sistema de áreas protegidas Não aplicável a APPs e RLs
Repartição de benefícios (Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA) com comunidades locais	% da população das comunidades locais da AP que recebe PSA				Não aplicável a APPs e RLs

*Escala tentativa para medir o grau de suporte de diferentes tipos e categorias de áreas Protegidas aos direitos das comunidades locais

Escala decrescente de suporte a direitos das comunidades locais	Tipos e categorias de Áreas Protegidas	Valor proposto na escala
1. Direitos totais e exclusivos de usufruto das terras e dos recursos naturais	Terras Indígenas e Territórios Quilombolas	10
2. Direitos exclusivos de uso das terras e de usufruto dos recursos naturais, desde que sustentavelmente	Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Áreas de Proteção Ambiental	8
3. Direitos de usufruto de recursos naturais (fauna ou flora), desde que sustentavelmente	Reserva de Fauna, Floresta Nacional ou Estadual	6
4. Direitos de uso de recursos hídricos, com licença ou concessão	Todas as categorias de UCs de domínio público das terras	4
5. Direitos de visitação e recrea�o, pesquisa e usufruto de serviços ecossistêmicos	Parque Nacional, Estadual ou Municipal,	3
6. Direitos de pesquisa e usufruto de serviços ecossistêmicos (fora da área protegida)	Esta�o Ecológica, Reserva Biológica,	1

5. Resumo das Críticas e Sugestões recebidas ao Questionários distribuídos no Segundo Evento

Resumo das respostas às opções para Indicadores de Efetividade de Gestão __ Evento em 10 de novembro de 2017

Possíveis Indicadores de Efetividade de Gestão de Área Protegida

Respondentes: Maira Smith/CGGAM/DPDS/FUNAI; Claudio Maretti/DISAT/ICMBio; Marcelo Cavallini/ICMBio; Mariuz Szmuchrowski & Sivia Beraldo/ICMBio; Darlan Mesquita/DEX/SEDR/MMA; Betania, Fabio, Renato & Marina Amaral/DAP/MMA; Jens Brueggemann & Fabiana Pirondi/GIZ (Projetos SNUC/LifeWeb e Áreas Protegidas Locais)

Indicadores recomendados para avaliação da efetividade de gestão:

Método SAMGe com consulta ao Conselho Gestor (usar subconjunto de perguntas semelhantes às usadas pelo RAPPAM para efeito de comparação com série histórica com RAPPAM desde 2004 e comparação com outros países) – alta viabilidade a curto prazo para UCs federais com consulta ao CG e para UCs estaduais sem consulta ao CG, viabilidade a médio prazo para UCs estaduais com consulta ao CG, viabilidade a médio prazo para UCs municipais sem consulta ao CG (engajamento dos estados e municípios dependerá de liderança do MMA e incentivos).

Método SAMGe adaptado, com consulta comunitária, para Tis e TQs – viabilidade a médio prazo (consultar o Comitê Gestor do PNGATI; criar GT FUNAI/ICMBio para desenvolver método; FUNAI poderia aplicar nas TI por meio de suas unidades regionais - CRs, CTLs; consultar a Fundação Palmares.

Método de Cifuentes et al. (2000)* ou Método SAMGe adaptado para RPPNs – viabilidade a médio prazo (Desenvolver sistemas online; acionar o Conselho Nacional de RPPN.

Porcentagem de cada UC com pendência fundiária e/ou com dupla afetação conflitante – viabilidade alta a curto prazo para UCs federais (permitir separação dos dois subtemas (pendência fundiária e dupla afetação conflitante); definir parâmetros para cada subtema; Usar os sistemas do ICMBio (STT, SIG-TERRA, etc.); poderia ser um indicador de Equidade ao invés de indicador de Efetividade; viabilidade a médio prazo para UCs estaduais e municipais (com incentivo).

Porcentagem de cada TI e TQ com pendência fundiária e/ou com dupla afetação conflitante – Viabilidade a curto prazo para TI x UCs federais e a médio prazo para TIs e TQs x UCs estaduais e municipais (Proposta alternativa: monitorar estágio de regularização fundiária de cada TI e % de cada TI com sobreposição conflitante; verificar no SIG-TERRA do ICMBio se estes dados constam.

Porcentagem de cada UC com presença de cobertura vegetal nativa (por sensoriamento remoto) – Viabilidade alta a curto prazo para UCs federais, estaduais e municipais, bem como Tis e TQs e RPPNs e a médio prazo para APPs e RLs (agregar, obrigatoriamente, comparação com desmatamento na zona de amortecimento de cada UC; como fazer para ecossistemas aquáticos (água doce e marinha)?; adotar nível de conversão/ desmatamento da bacia hidrográfica e ou índice de fragmentação dos rios; aplicar indicador de forma agregada; cruzamento das informações disponíveis já que alguns dados não são gerados com frequência; usar dados do CAR em terras privadas, especialmente na recomposição; problema – dados incompletos sobre os limites das RPPNs e UCs municipais).

Índice de Abundância de Componentes Selecionados da Biodiversidade – Viabilidade alta a médio prazo para UCs federais e a longo prazo para UCs estaduais e municipais, e para Tis e TQs, com incentivos, e viabilidade baixa a longo prazo para RPPNs, SPPs e RLs, com incentivos (monitoramento participativo é medida de esforço de engajamento da sociedade e pode ser também de distribuição de informação, estímulo à capacidade de análise, etc. (vale também para UCs estaduais e municipais e Tis e TQs); verificar se a ferramenta MAD (Módulo de Apoio a Decisão), em desenvolvimento pelo DECO/SBio/MMA, consegue extrair este indicador; fazer um levantamento de estudos acadêmicos e criar incentivos econômicos (editais) para instituições acadêmicas; precisaria de boa amarração no âmbito da implementação do PNGATI).

Resumo das respostas às opções para Indicadores de Equidade de Gestão

Possíveis Indicadores de Equidade de Gestão de Área Protegida _____ Evento 10 de novembro de 2017

Respondentes: Maira Smith/FUNAI; Claudio Maretti/ICMBio; Marcelo Cavallini/ICMBio; Mariuz Szmuchrowski & Sivia Beraldo/ICMBio; Darlan Mesquita/DEX/MMA; Betania, Fabio, Renato & Marina Amaral/DAP/MMA; Jens Brueggemann & Fabiana Pirondi/GIZ

Método Rappam e SAMGe filtrados para equidade – viabilidade a curto prazo para UCs federais (mas apenas a médio prazo para resgatar a série histórica; esclarecer quais informações do RAPPAM e do SAMGe subsidiariam indicadores de Equidade; incorporar o SAMGe no CNUC – os dados para o indicador devem ser de preenchimento obrigatório, p. ex.: periodicidade de reuniões do conselho), a médio prazo para UCs estaduais (se houver normativa do MMA) e a médio-longo prazo para UCs municipais (com incentivo e articulação com ANAMMA).

% APs que permitem uso dos recursos naturais por comunidades locais – esta proposta gerou muita discussão e rejeição por parte de alguns: “Inadequado! Este critério só pode ser usado em relação a cada categoria, e não entre categorias. Não faz sentido uma REBIO tirar nota baixa se não houver populações locais. Existência de populações locais em conflito e acordos de convivência podem substituir este indicador. Agregar outros elementos de qualidade (permissão de uso não garante pleno acesso ou se há apoio ou incentivo ao uso, de forma sustentável com maior geração de renda”.

Escala de suporte a direitos das comunidades locais conferido pelo tipo e categoria de Área Protegida – esta proposta gerou muita discussão e rejeição por parte de alguns: “Não se aplica! Todas as Tis e TQs permitem, e não há diferenças importantes entre as “categorias”. Várias sugestões construtivas serão utilizadas em outro indicador proposto!

% APs com gestão ou co-gestão de atores não-governamentais – viabilidade a curto prazo para UCs (inclusive RPPNs), Tis e TQs (desenvolver escalas qualitativas para cada categoria; considerar as diferentes entre UCs federais, estaduais e municipais, pois já é uma medida de desconcentração e de engajamento da sociedade; avaliar representação da sociedade civil na composição do Conselho Gestor; usar os indicadores de Planejamento e Processos do SAMGe).

APs com Conselho Gestor efetivo com participação significativa de comunidades locais – viável a curto prazo para UCs e para Tis e TQs considerando outros tipos de colegiados (Começar por alguns elementos e avançar, p. ex.: existe conselho, se reúne, é efetivo, etc.; usar como critério de efetividade a quantidade de reuniões por ano; incorporar no CNUC exigência de informação sobre a proporção de representantes não-governamentais no Conselho e a periodicidade de reuniões do Conselho; usar como fonte as atas dos CGs para saber os presentes; incorporar no CNUC exigência de informação sobre a proporção de representantes não-governamentais no Conselho Gestor; qualificar o que significa CG efetivo).

% das decisões sobre gestão da AP no período que foram decididas pelo ou em consulta com o Conselho Gestor – viabilidade a médio prazo para UCs (Como medir este indicador? teria que haver uma tipologia de decisões e escalas qualitativas correspondentes; exigiria classificação dos temas/assuntos abordados pelo Conselho; difícil implementação com os sistemas atuais pois exigiria a integração dos sistemas para avaliar todos os tipos de decisão; muito complexo para levantar os dados – opção seria trabalhar com estudos acadêmicos).

% APs com repartição de suas rendas e arrecadações com populações locais – viabilidade a médio ou longo prazo (Ainda muito impreciso! Se houver informações estatísticas disponíveis pode ser viável. Considerar também: geração de renda pela própria comunidade; geração de emprego e renda pela existência da UC; melhoria de serviços públicos; e comparar com populações similares fora de UCs. Complementar com renda indireta, trabalho involuntário, TBC, etc. Como interpretar o resultado quando envolver outros tipos de comunidades locais além das comunidades tradicionais? O investimento de arrecadação com visitação em aperfeiçoamento da área de visitação seria repartição? muitas questões a serem resolvidas antes de aplicar este indicador).

% das rendas e arrecadações da AP que é repartida com as comunidades locais – viabilidade a médio ou longo prazo (comentários como os acima).

% APs com PSA para suas populações locais – viabilidade a longo prazo (Definir melhor os tipos de PSA; Importante qualificar a cobertura geográfica ou populacional dos PGAs; Definir populações locais).

% da população das comunidades locais da AP que recebe PSA – viabilidade a longo prazo (Talvez se possa utilizar os dados levantados pelo Serviço de Saúde Indígena – SESAI; Nem todos têm direito a PSA; nem todos produzem serviços ambientais; definir os serviços ambientais a serem considerados; Fazer uso de estudos acadêmicos).

Critério	Indicador proposto	Tipo de Área Protegida	Fonte de Informação	Viabilidade (curto, médio e longo prazo)	Comentários sobre como calcular ou obter o indicador
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe e com consulta ao Conselho Gestor	UCs federais	SAMGe (ICMBio) (subconjunto de questões para dar continuidade à série histórica do Rappam)	Alta a curto prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo sem consulta do CG e a médio prazo com consulta ao CG (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A curto prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Evoluir para gestão de indicadores em bancos de dados (Claudio Maretti/ICMBio) Separar uso do SMGe como indicador de resultado e uso do subconjunto RAPPAM do SAMGe como indicador de processo Trabalhar com resultado global das ferramentas e não apenas um subconjunto de questões (Betânia. Fábio e Renato/ DAP/MMA)
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe e com consulta ao Conselho Gestor	UCs estaduais	ABEMA? Apoio MMA e ICMBio? (subconjunto de questões para dar continuidade à série histórica do Rappam)	Alta a médio prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo sem consulta do CG e a médio prazo com consulta ao CG (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A médio prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Com incentivos (Claudio Maretti/ICMBio) Depende de decisão estratégica do MMA (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) Idem acima (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) Ativar o Fórum AP via CF do Projeto SNUC/LifeWeb (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)
Geral (processo resultado)	Método SAMGe e com consulta ao Conselho Gestor	UCs municipais	ANAMMA? Apoio MMA e ICMBio?	Média a médio prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A médio prazo sem consulta do CG e a longo prazo com consulta ao CG (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A médio prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Com incentivos (Claudio Maretti/ICMBio) Depende de decisão estratégica do MMA (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) Idem acima (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) Ativar o Fórum AP e pelo Projeto Áreas Protegidas Locais (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe adaptado, com consulta comunitária	Terras Indígenas	FUNAI? Apoio ICMBio?	Viável a médio prazo Consultar o Comitê Gestor do PNGATI (Maira Smith/FUNAI) Média a médio prazo	Criar GT FUNAI/ICMBio para desenvolver método FUNAI poderia aplicar nas TI por meio de suas unidades regionais (CRs, CTLs) (Maira Smith)

				(Claudio Maretti/ICMBio) A longo prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A médio prazo (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A médio prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Idem acima (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe adaptado, com consulta comunitária	Territórios Quilombolas	Fundação Palmares? Apoio MMA e ICMBio?	Média a médio prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A longo prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A médio prazo (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)	Idem acima (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)
Geral (processo e resultado)	Método de Cifuentes et al. (2000)* ou Método SAMGe adaptado	RPPNs	ICMBio e ABEMA?	Média a médio prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A médio prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto/médio prazo (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) A médio prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Desenvolver sistemas online (Claudio Maretti/ICMBio) Acionar o Conselho Nacional de RPPN (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)
Critério	Indicador proposto	Tipo de AP	Fonte de Informação		
Regularização fundiária e dupla afetação	Porcentagem de cada UC com pendência fundiária e/ou com dupla afetação conflitante	UCs federais	ICMBio, FUNAI e Fundação Palmares?	Alta a curto prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto/médio prazo (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio)	Permitir separação dos dois subtemas (pendência fundiária e dupla afetação conflitante) Definir parâmetros para cada subtema (Claudio Maretti/ICMBio)

				<p>A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)</p> <p>A curto prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)</p>	<p>Usar os sistemas do ICMBio (STT, SIG-TERRA, etc.) (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p> <p>Observar SIG-TERRA do ICMBio em implantação (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio)</p> <p>Como agregar essa informação? (Darlan Mesquita/DEX/SEDR/MMA)</p> <p>Poderia ser um indicador de Equidade ao invés de indicador de Efetividade (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)</p>
Regularização fundiária e dupla afetação	Porcentagem de cada UC com pendência fundiária e/ou com dupla afetação conflitante	UCs estaduais	ABEMA? Apoio MMA/SBio? FUNAI e Fundação Palmares?	<p>Média a médio prazo (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>A médio prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)</p> <p>A curto prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)</p>	<p>Com incentivos (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>Verificar no SIG-TERRA do ICMBio se estes dados constam (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio)</p> <p>Idem acima (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)</p>
Regularização fundiária e dupla afetação	Porcentagem de cada UC com pendência fundiária e/ou com dupla afetação conflitante	UCs municipais	ANAMMA? Apoio MMA/SBio?	<p>Média a médio prazo (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>A longo prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)</p> <p>A curto prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)</p>	<p>Com incentivos (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>Verificar no SIG-TERRA do ICMBio se estes dados constam (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio)</p> <p>Idem acima (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)</p>
Regularização fundiária e dupla afetação	Porcentagem de cada TI com pendência fundiária e/ou com dupla afetação conflitante	Terras Indígenas	FUNAI? Apoio ICMBio? Apoio ABEMA?	<p>Viável a curto prazo para TI x UCs federais</p> <p>Viável a médio prazo para Tis e UCs estaduais e municipais e T.</p> <p>Quilombolas (Maira Smith/FUNAI)</p> <p>A curto prazo</p>	<p>Proposta alternativa: estágio de regularização fundiária de cada TI e % de cada TI com sobreposição conflitante (Maira Smith/FUNAI)</p> <p>Verificar no SIG-TERRA do ICMBio se estes dados constam</p>

				(Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)	(Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) Idem acima (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)
Regularização fundiária e dupla afetação	Porcentagem de cada TQ com pendência fundiária e/ou com dupla afetação conflitante	Territórios Quilombola	Fundação Palmares? Apoio MMA/SEDR? Apoio ABEMA?	A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)	Verificar no SIG-TERRA do ICMBio se estes dados constam (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) Idem acima (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)
Critério	Indicador proposto	Tipo de AP	Fonte de Informação		
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de cada UC com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)* por sensoriamento remoto	UCs federais	INPE e parceiros (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, MMA) e CNUC e ICMBio	Alta a curto prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo para Amazônia e a médio prazo para demais biomas (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) A curto prazo (Darlan Mesquita/DEX/SEDR/MMA) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A curto prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Agregar, obrigatoriamente, comparação com desmatamento na zona de amortecimento de cada UC; Como fazer para ecossistemas aquáticos (água doce e marinha)? Adotar nível de conversão/desmatamento da bacia hidrográfica e ou índice de fragmentação dos rios! (Claudio Maretti/ICMBio) Aplicar indicador de forma agregada (Darlan Mesquita/DEX/SEDR/MMA) Cruzamento das informações disponíveis. Alguns dados não são gerados com frequência. (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de cada UC com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)* por sensoriamento remoto	UC estaduais e municipais	INPE e parceiros (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, MMA) e CNUC, ABEMA? ANAMMA?	Alta a curto prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A curto prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Idem acima (Claudio Maretti/ICMBio) Cruzamento das informações disponíveis. Alguns dados não são gerados com frequência. (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)

Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de cada TI e TQ com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)* por sensoriamento remoto	Terras Indígenas e Territórios Quilombolas	INPE e parceiros (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, MMA) e FUNAI e F. Palmares?	Viável a curto prazo É urgente! (Maira Smith/FUNAI) Alta a curto prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A médio prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Idem acima (Claudio Maretti/ICMBio) Cruzamento das informações disponíveis. Alguns dados não são gerados com frequência. (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) Quem organiza e quem financia? (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de cada RPPN com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)* por sensoriamento remoto	RPPN	INPE e parceiros (Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, MMA)? e CNUC e ABEMA?	Alta a curto prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A médio/longo prazo (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) A curto prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A curto prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Idem acima (Claudio Maretti/ICMBio) Problema – dados incompletos sobre os limites das RPPNs (Marcelo Cavallini/ICMBio) (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) Usar dados do CAR, especialmente na recomposição (Darlan Mesquita/DEX/SEDR/MMA) Cruzamento das informações disponíveis. Alguns dados não são gerados com frequência. (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) Quem organiza e quem financia? (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)
Integridade de cobertura vegetal nativa	Porcentagem de APPs e RLs por município com presença de cobertura vegetal nativa (sem desmatamento)* por	APPs e RLs	FBDS (Biomas Mata Atlântica e Cerrado)? FBDS (demais biomas)? Apoio SFB?	Média a curto prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto e médio prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A médio prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Observar o Cadastro Ambiental Rural – CAR (Mariusz e Silvia Beraldo/ICMBio) Usar dados do CAR, especialmente na recomposição (Darlan Mesquita/DEX/SEDR/MMA)

	sensoriamento remoto				
Critério	Indicador proposto	Tipo de AP	Fonte de Informação		
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	UCs federais	ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)	Alta a médio prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A médio prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A curto prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Monitoramento participativo é medida de esforço de engajamento da sociedade e pode ser também de distribuição de informação, estímulo à capacidade de análise, etc. (vale também para UCs estaduais e municipais e Tis e TQs) (Claudio Maretti/ICMBio) Verificar se a ferramenta MAD (Módulo de Apoio a Decisão), em desenvolvimento pelo DECO/SBio/MMA, consegue extrair este indicador. (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	UCs estaduais e municipais	ABEMA? ANAMMA? e ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)	Alta a longo prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A médio prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A longo prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Com incentivos (Claudio Maretti/ICMBio) Fazer um levantamento de estudos acadêmicos e criar incentivos econômicos (editais) para instituições acadêmicas. (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	Terras Indígenas e Territórios Quilombolas	FUNAI? Fundação Palmares? e ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)?	Viável a longo prazo Consultar o Comitê Gestor do PNGATI (Maira Smith/FUNAI) Média a longo prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A médio prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA)	Precisaria de boa amarração no âmbito da implementação do PNGATI (Maira Smith/FUNAI) Idem acima (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)

				A longo prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	RPPNs	Confederação RPPNs e ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)?	Média/baixa a longo prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A médio prazo (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) A longo prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Com incentivos (Claudio Maretti/ICMBio) Idem acima (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)
Abundância de Componentes da Biodiversidade	Índice médio por município de Abundância de Componentes Seleccionados da Biodiversidade	APPs e RLs	ICMBio (Programa de Monitoramento da Biodiversidade)?	Baixa a longo prazo (Não acredita) (Claudio Maretti/ICMBio) A longo prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Talvez o índice por município não reflita a efetividade das APPs e RLs, pois pode haver outros tipos de áreas protegidas nos municípios (Betânia. Fábio e Renato/DAP/MMA) Idem acima (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)

*Decidir como tratar áreas queimadas e em processo de regeneração (natural ou antrópico)

**Cifuentes, M.; Izurieta, A.; Faria, H.H., 2000. *Medición de la Efectividad del Manejo de Áreas Protegidas*. WWF; IUCN; GTZ. Turrialba, Costa Rica, 105p.

Comentários gerais:

Claudio Maretti – Propostas ainda muito focadas em ecossistemas terrestres – falta enfoque de água doce e marinha!

Claudio Maretti – Ver sistemas de informação do IPAM para UCs e para Tis (www.somas.org.br).

Indicadores recomendados para avaliação da equidade de gestão:

Critério	Indicador proposto	Tipo de AP	Fonte de Informação	Viabilidade (curto, médio e longo prazo)	Comentários sobre como calcular ou obter o indicador
Geral (processo e resultado)	Método Rappam e SAMGe filtrados para equidade	UCs federais	ICMBio e WWF Brasil? (relatórios para resgatar série histórica)	Viabilidade média a curto prazo e alta a longo prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo para indicador de Equidade e a médio/longo para resgate da série histórica (Mariusz e Silvia/ICMBio) A curto prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Adequado (Claudio Maretti/ICMBio) Esclarecer quais informações do RAPPAM e do SAMGe subsidiariam indicadores de Equidade. (Marcelo Cavallini/ICMBio) Por meio dos indicadores Resultados, Produtos e Serviços, Contexto e Planejamento (Mariusz e Silvia/ICMBio) Incorporar o SAMGe no CNUC – os dados para o indicador devem ser de preenchimento obrigatório, p. ex.: periodicidade de reuniões do conselho (Marina Amaral/DAP/MMA)
Geral (processo e resultado)	Método Rappam e SAMGe filtrados para equidade	UCs estaduais	WWF Brasil? (relatórios para resgatar série histórica, só para metade dos estados)	Viabilidade média a médio prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A médio prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Adequado, se houver normativa (Claudio Maretti/ICMBio)
Geral (processo e resultado)	Método SAMGe simplificado e filtrado para equidade	UCs municipais	ANAMMA? apoio ICMBio?	Viabilidade média a longo prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo? (Marcelo Cavallini/ICMBio) Pouco viável, necessitando articulação com a ANAMMA (Marina Amaral/DAP/MMA) (vale para os demais! Quais?) A médio prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Adequado, se houver incentivo (Claudio Maretti/ICMBio) Considerar dados que entrarem via CNUC (Marina Amaral/DAP/MMA)
Critério	Indicador proposto	Tipo de AP	Fonte de Informação		

<p>Reconhecimento de direitos das comunidades locais (povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e outros grupos)</p>	<p>% APs que permitem uso dos recursos naturais por comunidades locais</p>	<p>UCs Federais, Estaduais e Municipais</p>	<p>Lei do SNUC e CNUC Conselhos de Gestão FUNAI e Fundação Palmares (casos de dupla afetação)</p>	<p>A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) Viável a curto prazo (Mariusz e Silvia/ICMBio)</p>	<p>Inadequado! Este critério só pode ser usado em relação a cada categoria, e não entre categorias. Não faz sentido uma REBIO tirar nota baixa se não houver populações locais. Existência de populações locais em conflito e acordos de convivência podem substituir este indicador. (Claudio Maretti/ICMBio) Agregar outros elementos de qualidade (permissão de uso não garante pleno acesso ou se há apoio ou incentivo ao uso, de forma sustentável com maior geração de renda). A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) Por meio do indicador de Produtos e Serviços (Mariusz e Silvia/ICMBio) Esclarecer os tipos de uso; Usar os atos de criação de cada AP (Darlan Mesquita/DEX/MMA) Utilizar existência de conflitos e processos de construção de acordos ao invés da categoria de UC; (Marina Amaral/DAP/MMA) O que se busca com este indicador? (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)</p>
<p>Reconhecimento de direitos das comunidades locais (povos indígenas,</p>	<p>% APs que permitem uso dos recursos naturais por comunidades locais</p>	<p>Terras Indígenas e Territórios Quilombolas</p>	<p>Conselhos de Gestão FUNAI Fundação Palmares</p>	<p>Viável a curto prazo (Maira Smith/FUNAI) A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p>	<p>Aplicar por categoria. O ideal seria avaliar se estes recursos naturais estão efetivamente sendo</p>

comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e outros grupos)					<p>acessados pelos povos indígenas nas Tis regularizadas (Maira Smith/FUNAI)</p> <p>Não se aplica! Todas as Tis e TQs permitem, e não há diferenças importantes entre as “categorias”. (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>Idem acima (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p> <p>Utilizar % de áreas demarcadas (Marina Amaral/DAP/MMA)</p> <p>Idem acima (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)</p>
Reconhecimento de direitos das comunidades locais (povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e outros grupos de interesse)	Escala de suporte a direitos das comunidades locais conferido pelo tipo e categoria de Área Protegida*	UCs Federais, Estaduais e Municipais	Lei do SNUC e CNUC Conselhos de Gestão FUNAI e Fundação Palmares (casos de dupla afetação)	<p>Viabilidade média a médio prazo (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>A curto ou médio prazo? (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p> <p>Viável a curto prazo (Mariusz e Silvia/ICMBio)</p>	<p>Teria que desenvolver esta escala qualitativa (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>Vincular programas e projetos potenciais ou em curso relacionados às categorias de UCs (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p> <p>Levantamento dos instrumentos que regulamento os usos de populações locais (indicador Produtos e Serviços do SAMGe) (Mariusz e Silvia/ICMBio)</p> <p>Idem acima (1ª linha) (Marina Amaral/DAP/MMA)</p>
Reconhecimento de direitos das comunidades locais (povos indígenas, comunidades quilombolas,	Escala de suporte a direitos das comunidades locais conferido pelo tipo e categoria de Área Protegida*	Terras Indígenas e Territórios Quilombolas	Conselhos de Gestão FUNAI Fundação Palmares	<p>Viável a curto prazo (Maira Smith/FUNAI)</p> <p>A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p> <p>A médio prazo (Mariusz e Silvia/ICMBio)</p>	<p>Não se aplica! Todas as Tis e TQs permitem, e não há diferenças importantes entre as “categorias”. (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>Idem acima (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p>

comunidades tradicionais e outros grupos de interesse)					Idem acima (Mariusz e Silvia/ICMBio) Idem acima (2a linha) (Marina Amaral/DAP/MMA)
Critérios	Indicador proposto	Tipo de AP	Fonte de informação		
Sistemas de governança com gestão ou co-gestão não-governamental	% APs com gestão ou co-gestão de atores não-governamentais	UCs, Tis, TQs e RPPNs	Lei do SNUC e CNUC ICMBio, ABEMA? ANAMMA?	Viável a médio prazo (Maira Smith/FUNAI) Alta a médio prazo para UCs federais, e para UCs estaduais e municipais se incentivadas. (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo para UCs e a médio prazo para Tis (Mariusz e Silvia/ICMBio) A médio ou longo prazo (Darlan Mesquita/DEX/MMA) A curto prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Desenvolver escalas qualitativas para cada categoria. Considerar as diferentes entre UCs federais, estaduais e municipais, pois já é uma medida de desconcentração e de engajamento da sociedade. (Claudio Maretti/ICMBio) Avaliar representação da sociedade civil na composição do Conselho (Marcelo Cavallini/ICMBio) Por meio dos indicadores de Planejamento e Processos do SAMGe (Mariusz e Silvia/ICMBio) Usar como fonte as atas para saber os presentes (Darlan Mesquita/DEX/MMA) Incorporar no CNUC exigência de informação sobre a proporção de representantes não-governamentais no Conselho (Marina Amaral/DAP/MMA)
Participação das comunidades locais na tomada de	% APs com Conselho Gestor efetivo com participação	UCs, Tis e TQs	Lei do SNUC e CNUC ICMBio, ABEMA? ANAMMA?	Viável, mas CG é um instrumento específico de UC (Maira Smith/FUNAI)	Começar por alguns elementos e avançar, p. ex.: existe conselho, se reúne, é efetivo, etc. (Claudio Maretti/ICMBio)

decisões sobre gestão	significativa de comunidades locais			Alta a curto prazo para itens iniciais (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio) A curto prazo (Mariusz e Silvia/ICMBio) A médio prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Idem acima (Marcelo Cavallini/ICMBio) Idem acima (Mariusz e Silvia/ICMBio) Usar como critério de efetividade a quantidade de reuniões por ano (Darlan Mesquita/DEX/MMA) Incorporar no CNUC exigência de informação sobre a proporção de representantes não-governamentais no Conselho e a periodicidade de reuniões do Conselho (Marina Amaral/DAP/MMA) Qualificar o que significa CG efetivo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)
Participação das comunidades locais na tomada de decisões sobre gestão	% das decisões sobre gestão da AP no período que foram decididas pelo ou em consulta com o Conselho Gestor	UCs, Tis e TQs	ICMBio, ABEMA? ANAMMA?	Média a longo prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A médio prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio)	Como medir este indicador? (Maira Smith/FUNAI) Teria que haver uma tipologia de decisões e escalas qualitativas correspondentes. (Claudio Maretti/ICMBio) Exigiria classificação dos temas/assuntos abordados pelo Conselho. (Marcelo Cavallini/ICMBio) Difícil implementação com os sistemas atuais pois exigiria a integração dos sistemas para avaliar todos os tipos de decisão (Darlan Mesquita/DEX/MMA) Muito complexo para levantar os dados – opção seria trabalhar com estudos acadêmicos (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)

Critérios	Indicador proposto	Tipo de AP	Fonte de Informação		
Repartição de benefícios (rendas e arrecadações) com comunidades locais	% APs com repartição de suas rendas e arrecadações com populações locais	UCs, Tis e TQs	MMA?, FUNAI? e F. Palmares? (haveria que sistematizar este tipo de estatística)	<p>Pode ser viável (Maira Smith/FUNAI)</p> <p>Média a médio ou longo prazo (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>A curto e médio prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p> <p>A longo prazo (Marina Amaral/DAP/MMA)</p> <p>A longo prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)</p>	<p>Ainda muito impreciso!</p> <p>Se houver informações estatísticas disponíveis pode ser viável. (Maira Smith/FUNAI)</p> <p>Considerar também: geração de renda pela própria comunidade; geração de emprego e renda pela existência da UC; melhoria de serviços públicos; e comparar com populações similares fora de UCs. (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>Complementar com renda indireta, trabalho involuntário, TBC, etc. (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p> <p>Como interpretar o resultado quando envolver outros tipos de comunidades locais além das comunidades tradicionais? O investimento de arrecadação com visitação em aperfeiçoamento da área de visitação seria repartição? (Darlan Mesquita/DEX/MMA)</p> <p>Há muitas questões a serem resolvidas antes de aplicar este indicador (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)</p>
Repartição de benefícios (rendas e arrecadações) com comunidades locais	% das rendas e arrecadações da AP que é repartida com as comunidades locais	UCs, Tis e TQs	MMA?, FUNAI? e F. Palmares? (haveria que sistematizar este tipo de estatística)	<p>Média a baixa a médio ou longo prazo (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>A médio prazo (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p> <p>A longo prazo</p>	<p>Idem acima (Claudio Maretti/ICMBio)</p> <p>Idem acima (Marcelo Cavallini/ICMBio)</p>

				(Marina Amaral/DAP/MMA) A longo prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	
Repartição de benefícios (Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA) com comunidades locais	% APs com PSA para suas populações locais	UCs, Tis, TQs e RPPNs	MMA?, FUNAI? e F. Palmares? ICMBio? ABEMA? ANAMMA? Federação RPPNs? (haveria que sistematizar este tipo de estatística)	Viável a longo prazo (Maira Smith/FUNAI) Baixa a longo prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A curto prazo (Darlan Mesquita/DEX/MMA) A longo prazo (Marina Amaral/DAP/MMA) A médio prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Definir melhor os tipos de PSA (Maira Smith/FUNAI) Importante qualificar a cobertura geográfica ou populacional dos PGAs (Darlan Mesquita/DEX/MMA) Definir populações locais (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)
Repartição de benefícios (Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA) com comunidades locais	% da população das comunidades locais da AP que recebe PSA	UCs, Tis e TQs	MMA?, FUNAI? e F. Palmares? ICMBio? ABEMA? ANAMMA? (haveria que sistematizar este tipo de estatística)	Viável, mas complicado para medir. (Maira Smith/FUNAI) Baixa a longo prazo (Claudio Maretti/ICMBio) A médio prazo (Darlan Mesquita/DEX/MMA) A longo prazo (Marina Amaral/DAP/MMA) A longo prazo (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)	Talvez se possa utilizar os dados levantados pelo Serviço de Saúde Indígena – SESAI. (Maira Smith/FUNAI) Nem todos têm direito a PSA; nem todos produzem serviços ambientais; definir os serviços ambientais a serem considerados (Darlan Mesquita/DEX/MMA) Fazer uso de estudos acadêmicos (Jens e Fabiana Pirondi/GIZ)

*Escala tentativa para medir o grau de suporte de diferentes tipos e categorias de áreas Protegidas aos direitos das comunidades locais

Escala decrescente de suporte a direitos das comunidades locais	Tipos e categorias de Áreas Protegidas	Valor proposto na escala	Comentários
1. Direitos totais e exclusivos de usufruto das terras e dos recursos naturais	Terras Indígenas e Territórios Quilombolas	10	

2. Direitos exclusivos de uso das terras e de usufruto dos recursos naturais, desde que sustentavelmente	Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável	8	Aproximar ou igualar o valor à classe acima (Marcelo Cavallini/ICMBio)
3. Direitos exclusivos de uso das terras e de usufruto dos recursos naturais, desde que sustentavelmente	Áreas de Proteção Ambiental	8	Reduzir o valor em relação à classe acima, pois as APAs contêm áreas privadas (Marcelo Cavallini/ICMBio)
4. Direitos de usufruto de recursos naturais (fauna ou flora), desde que sustentavelmente	Floresta Nacional ou Estadual, Reserva de Fauna	6	
5. Direitos de visitação e recreação, pesquisa e usufruto de serviços ecossistêmicos e direitos de uso de recursos hídricos, com licença ou concessão (fora da área protegida)	Parque Nacional, Estadual ou Municipal,	3	
6. Direitos de pesquisa e usufruto de serviços ecossistêmicos e direitos de uso de recursos hídricos, com licença ou concessão (fora da área protegida)	Estação Ecológica, Reserva Biológica,	1	

Comentários gerais:

Claudio Maretti – Discorda da tabela de escala qualitativa acima (ver comentário no indicador correspondente)